

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.586 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 24 DE OUTUBRO DE 2002



Célio Azevedo

CAE vota crédito para aperfeiçoar controle dos gastos públicos

TCU pretende investir no acompanhamento das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal

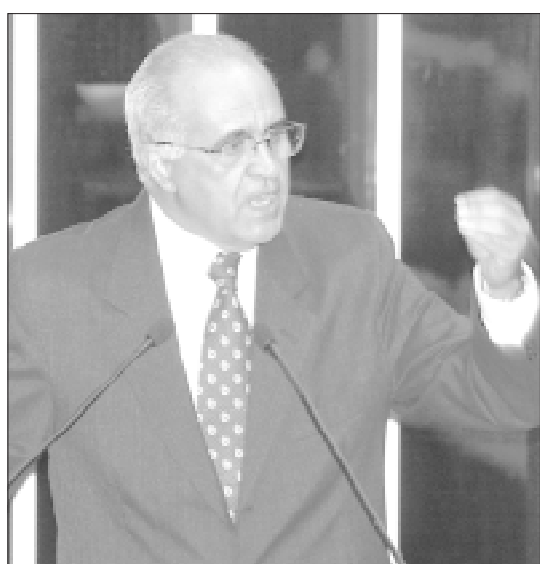
Na retomada de seus trabalhos, após as eleições, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá votar autorização de crédito externo destinado ao Projeto de Apoio à Modernização do Tribunal de Contas da União (TCU). Se aprovado, o financiamento – de US\$ 5 milhões e condicionado a uma contrapartida equivalente em reais – permitirá ao tribunal investir em *software*, equipamento e treinamento de pessoal para modernizar e fortalecer suas ações, ampliadas com a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. O crédito está sendo negociado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Comissão de Assuntos Econômicos vai examinar financiamento externo para reequipar o TCU

PÁGINA 3

Interlegis vai atender 2.500 municípios até o final de 2003

PÁGINA 4



Roosevelt Pinheiro

Projeto de Paulo Souto sobre fiança penal já está na Câmara

Novo indexador garante atualização da fiança penal

PÁGINA 2



Roosevelt Pinheiro

Osmar: "Saúde deve ser preservada a qualquer custo"

Projeto permite uso do FGTS para cobrir custos de cirurgias

PÁGINA 2



Roosevelt Pinheiro

Maguito diz que língua estrangeira tornou-se necessidade

Maguito propõe cursos de língua estrangeira na TV

PÁGINA 4

Projeto cria novo indexador para fiança penal

Já aprovada terminativamente pela Comissão de Justiça do Senado e enviada à Câmara dos Deputados, proposta institui a Unidade de Fiança Penal em substituição ao Salário Mínimo de Referência e ao Bônus do Tesouro Nacional

O projeto que define um novo indexador para aplicação das fianças penais já foi enviado à Câmara dos Deputados, depois de ser aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. De autoria do senador Paulo Souto (PFL-BA), a proposta institui a Unidade de Fiança Penal (UFP) em substituição ao Salário Mínimo de Referência (SMR) e ao Bônus do Tesouro Nacional (BTN), usados atualmente para estabelecer os valores das fianças nas penas aplicadas pelo Código de Processo Penal.

A proposta de Paulo Souto mantém quase todas as condições das punições previstas no código, substituindo apenas os indexadores. No artigo 325, por exemplo, as punições indexadas ao salário mínimo, divididas em três faixas – de um a cinco SMRs com pena privativa de liberdade de até dois



Paulo Souto, autor do projeto, altera o valor da fiança nos casos de prisão em flagrante por sonegação fiscal

anos; de cinco a 20 SMRs com prisão de até quatro anos; e de 20 a 100 SMRs quando a prisão for superior a quatro anos –, serão fixadas em UFP.

O senador altera o valor da fiança nos casos de prisão em flagrante pela prática de sonegação fiscal e crimes contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, a ordem tributária, a ordem econômica e as relações de consumo.

Pelo projeto, o juiz poderá conceder, nesses casos, fiança no valor entre 100 e 1.000 UFPs, no lugar dos limites atuais de 10 mil a 100 mil BTN. A diferença é que a UFP, fixada pelo Executivo, será atualizada sempre que necessário. Souto manteve a possibilidade de o juiz aumentar até dez vezes o valor da pena ou de reduzi-la em até dois terços, dependendo da situação econômica do réu.

No parecer favorável à proposta, o senador Osmar Dias (PDT-PR) considera que a utilização de indexadores econômicos como o BTN e SMR mostrou-se inadequada, porque podem se tornar obsoletos. O senador lembra que as sentenças acabam tendo valores ínfimos, “que beiram o ridículo e negam as considerações que a lei obriga a autoridade concedente a observar: natureza da infração, condições pessoais de fortuna e vida progressa do acusado”.

Osmar Dias quer autorizar o uso do FGTS em cirurgias

O trabalhador brasileiro vai poder sacar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de cirurgia, inclusive de seus familiares, se for aprovado o projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR) autorizando o saque. O senador Tião Viana (PT-AC) apresentou parecer favorável à aprovação do texto, que está pronto para ser votado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

De acordo com Osmar Dias, a lei já possibilita o saque do FGTS se o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido de neoplasia maligna (câncer). Ao ampliar a autorização para outras cirurgias, exceto as estéticas e experimentais, o senador leva em conta o fato de a saúde do traba-

lhador e de sua família ser “um bem que deve ser preservado a qualquer custo”.

Osmar Dias afirma que a Constituição de 1988 universalizou o acesso aos serviços de saúde pública, ao instituir o Sistema Único de Saúde (SUS), e que a Lei Orgânica de Saúde descentralizou e democratizou sua gestão. “Foram mudanças profundas, mas apesar dos grandes esforços que vêm sendo desenvolvidos, infelizmente o SUS nem sempre vem cumprindo seus objetivos. Assim, o trabalhador, muitas vezes, fica à mercê de longas filas de espera para realizar cirurgias, o que, não raras vezes, acarreta seqüelas irreparáveis para sua saúde”, afirma na justificativa.



Saúde do trabalhador é um “bem que deve ser preservado a qualquer custo”, diz Osmar Dias

Para o senador, enquanto o Estado não tiver condições de proporcionar atendimento satisfatório, o trabalhador deve poder recorrer a outros meios para satisfazer suas necessidades básicas de saúde.

O projeto altera a Lei nº 8.036/90, que regulamentou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), acrescentando a autorização para o pagamento das cirurgias do trabalhador ou de seus parentes.

Planos de saúde podem ter cobertura ampliada

Projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), inclui sessões de fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição, psicologia e terapia ocupacional na cobertura dos planos de saúde. Embora já tenha recebido parecer favorável do relator, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), a proposta teve a análise suspensa em função do exame, pelo Congresso Nacional, de medida provisória (MP) que altera a lei que regula os planos privados de assistência à saúde.

Alcântara propõe modificar o artigo da lei que define as exigências mínimas de atendimento para os planos de saúde com regime ambulatorial. Ao lado das já obrigatórias coberturas de consultas médicas, serviços de apoio diagnóstico e tratamento e demais procedimentos ambulatoriais, o senador quer garantir a oferta de sessões das especialidades necessárias à continuidade da assistência médica.

Conforme o projeto, os critérios de atendimento, a extensão da nova cobertura e a fixação do número de sessões deverão ser definidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). “Como essa assistência é essencial para a recuperação da saúde de muitos pacientes, consideramos que a lei deve obrigar a cobertura”, declara Lúcio Alcântara.

PSICANÁLISE

Em seu parecer, Sebastião Rocha afirma que esses serviços são fundamentais não só para o restabelecimento da saúde do paciente em atendimento ambulatorial, mas também para aqueles



Projeto de Lúcio Alcântara inclui sessões de fisioterapia entre os tratamentos cobertos por planos

que necessitam dar continuidade ao tratamento hospitalar. O relator manteve o texto original do projeto, mas acrescentou emenda para incluir sessões de psicanálise à lista de especialidades em questão.

A interrupção temporária do exame da matéria, que será votada em caráter terminativo pela CAS, foi motivada pela aprovação em Plenário de requerimento do senador Geraldo Althoff (PFL-SC), subscrito pelo presidente da comissão, senador Romeu Tuma (PFL-SP).

A decisão foi acolhida em função da criação de grupo de trabalho, coordenado pela CAS, pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, pelo Conselho Nacional de Saúde e pela ANS, para discutir pontos polêmicos da MP que altera a lei dos planos de saúde.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 24 DE OUTUBRO DE 2002

PLENÁRIO

14h30 – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Para Simon, é preciso consolidar a situação dos municípios já emancipados

Projeto garante instalação de novos municípios

Está tramitando na Câmara dos Deputados projeto de lei aprovado pelo Senado que garante a instalação dos novos municípios criados por lei estadual antes da promulgação da Emenda Constitucional nº 15, de 1996, que limitou a emancipação de cidades.

Ao apresentar a proposta, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) argumentou que o processo de emancipação de diversos municípios já tinha sido iniciado, com a realização dos plebiscitos previstos pela legislação, quando a emenda entrou em vigor.

— Esses municípios estão em pleno funcionamento e o projeto visa formalizar a consolidação de situações fáticas irreversíveis. O retorno para os municípios dos quais foram desmembrados criaria problemas econômicos e administrativos insólitos — afirmou.

PARECER

O projeto foi aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, com base em relatório favorável do senador Roberto Freire (PPS-PE).

Entre 1981 e o ano passado, 1.570 novos municípios foram criados no Brasil. Isso significa que uma em cada quatro cidades brasileiras surgiu nos últimos vinte anos. Há no país 5.561 municípios.

TCU pode obter empréstimo externo para fiscalizar os gastos públicos

Mensagem do governo em exame no Senado pede autorização para serem contratados, junto ao BID, US\$ 5 milhões, destinados ao programa de modernização do tribunal

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar na retomada dos seus trabalhos, após o segundo turno das eleições, mensagem do Presidente da República solicitando que seja autorizada a contratação de uma operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pelo governo federal, no valor de US\$ 5 milhões, destinados ao Projeto de Apoio à Modernização do Tribunal de Contas da União (TCU). O objetivo é possibilitar ao órgão melhor fiscalização e controle da aplicação do dinheiro público, conforme as exigências previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

A operação a ser feita com o BID exigirá do TCU uma contrapartida, em reais, do equivalente a outros US\$ 5 milhões na execução do projeto de modernização, perfazendo, portanto, um investimento total de US\$ 10 milhões que deve ser realizado até o final



CAE votará pedido do Executivo tão logo reinicie os seus trabalhos, após as eleições. A decisão final caberá ao Plenário da Casa

de 2005.

Segundo exposição do ministro da Fazenda, Pedro Malan, anexa à mensagem presidencial encaminhada ao Senado, o governo brasileiro terá um prazo de 20 anos para pagar o débito de US\$ 5 milhões a ser contraído junto ao BID, prevendo-se três anos e meio de carência e a cobrança de juros

efetivos de 6,58% ao ano.

O TCU pretende não somente adquirir novos softwares e equipamentos para o projeto de modernização, como também treinar servidores daquela instituição, visando melhorar o desempenho de sua função no acompanhamento dos gastos públicos federais.

Assinalam ainda os relatórios

técnicos que o tribunal vem conseguindo cumprir todas as exigências no acompanhamento e controle dos gastos públicos federais de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (nº101/2000). Destacam que apenas para atender à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), em 1998, o TCU teve de fiscalizar 110 obras públicas. No exercício de 2001, foram auditadas 304 dessas obras.

O número de condenações, entre multas aplicadas e determinações do TCU, elevou-se de 880 em 1998, para 1.383 em 2001. Os relatórios concluem ser urgente submeter a estrutura do TCU a um vigoroso processo de modernização, que é o que está previsto no projeto para o qual estão sendo pleiteados recursos do BID. Uma vez aprovada na CAE, a mensagem do presidente da República será submetida a deliberação final do Plenário do Senado.

Menos encargos para financiamentos de fundo constitucional

Os empréstimos rurais com recursos dos fundos constitucionais, renegociados com base na Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, poderão ter uma forte redução de encargos financeiros se o Congresso Nacional aprovar projeto de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que está pronto para entrar na ordem do dia do Senado. Pela proposta, os bancos seriam obrigados a expurgar dessas dívidas a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com percentuais variados dependendo da situação do produtor.

O projeto de Valadares prevê que os mini e os pequenos agricultores, bem como suas cooperativas e associações, não pagarão a TJLP a partir da contratação dos financiamentos, com o estorno de 100% do valor referente a essa correção. Para os médios produtores, o expurgo poderá ser de 80%. No caso dos grandes produtores, a redução será de 50% da TJLP cobrada nos contratos.

Antonio Carlos Valadares esclari-

rece, na justificativa da proposta, que a sua iniciativa visa corrigir as distorções geradas por uma política monetária que vem inviabilizando os pagamentos das dívidas rurais, “fazendo crescer em escala geométrica o saldo devedor” desses produtores. Segundo o senador, a lucratividade do setor não consegue cobrir tais encargos financeiros. E, portanto, ele alerta para a possibilidade de uma nova crise no meio rural se nada for feito, lembrando que o seu projeto não pretende sugerir, “demagógicamente”, perdão de dívida para os agricultores.



Antonio Carlos Valadares argumenta que seu projeto visa corrigir distorções geradas pela política monetária

Lei alongou prazo de dívidas dos agricultores

A Lei nº 10.177 foi aprovada para corrigir alguns defeitos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO). Com o passar dos anos, as altas taxas de juros cobradas dos produtores rurais aumentaram o saldo devedor dos agricultores. O objetivo da lei é alongar o prazo de pagamento das dívidas e reduzir, em parte, os juros e a correção monetária aplicados aos emprés-

timos dos pequenos produtores. A lei estabeleceu ainda um bônus de adimplência para os devedores com os pagamentos de parcelas em dia.

Os fundos constitucionais são a principal forma de financiamento dos micro, mini e pequenos produtores rurais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Segundo o Ministério da Fazenda, a carteira agrícola dos fundos envolve recursos da ordem de R\$ 11,4 bilhões.

Curso de língua estrangeira no rádio e na TV

Projeto de lei do senador Maguito Vilela obriga emissoras a destinarem pelo menos 5% de sua programação ao ensino de idiomas. A matéria aguarda emendas na Comissão de Educação e poderá ser votada em caráter terminativo

1ª Semana de Arte e Cultura in-Atividade do Senado

A Subsecretaria de Pessoal Inativo do Senado vai promover, no período de 28 a 31 deste mês (de 2ª feira a 5ª feira da próxima semana), a 1ª Semana de Arte e Cultura in-Atividade, evento que pretende fortalecer a integração entre servidores ativos e inativos da Casa. A abertura, que coincide com o Dia do Servidor Público – 28 de outubro –, será feita no Auditório Petrônio Portella, às 9h30, com uma palestra do ex-senador Jarbas Passarinho intitulada “Vantagens e desvantagens da terceira idade”, que será precedida de apresentação do Coral do Senado.

O restante da programação da semana, que inclui trabalhos dos aposentados do Senado nos campos da pintura, fotografia, literatura, artesanato e *shows* musicais, será realizado no período da tarde. As demais pa-

lestras acontecerão pela manhã no auditório do Interlegis.

A seguir, alguns tópicos da programação:

- Dia 28, às 14h: exposição de livros de Branca e Bakaj e Dad Squarisi, no Salão Negro do Congresso Nacional.
- Dia 29, às 10h: palestra sobre o poder da música, com o maestro Sarazat, no auditório do Interlegis.
- Dia 29, às 16h: apresentação da Orquestra Art Brasília, da Escola de Música de Brasília, no Salão Negro.
- Dia 30, às 10h: palestra sobre automassagem como qualidade de vida, com Adalísia Cunha, no auditório do Interlegis.
- Dia 31, às 10h: palestra sobre o Esperanto, língua internacional neutra, com Lício Castro; e, às 11h, palestra sobre ioga, com Hikshumi Ariya, ambas no auditório do Interlegis.



José Cruz

Projeto de Francelino beneficia mais de oito milhões de brasileiros que vivem do artesanato

Artesão poderá alcançar reconhecimento profissional

A proposta de reconhecimento da profissão de artesão, de acordo com projeto do senador Francelino Pereira (PFL-MG), foi encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para que o relator indicado, senador Lauro Campos (PDT-DF), elabore seu parecer. O projeto estabelece que, para o exercício das atividades de artesão ou produtor artesanal, é obrigatório o registro prévio na Delegacia Regional do Trabalho (DRT), com validade em todo o território nacional.

O projeto estabelece ainda que

o artesão poderá empregar menores, entre 14 e 18 anos, na condição de aprendizes. Estes, por sua vez, deverão estar matriculados em escolas de ensino fundamental ou médio.

Na justificativa da matéria, Francelino explica que o artesanato é fonte de recursos para a promoção do bem-estar individual e familiar. Segundo o senador, o número de pessoas que vivem do artesanato no país é superior a 8 milhões, e as cifras econômicas, decorrentes da atividade, chegam a R\$ 28 bilhões anualmente.

Aguarda recebimento de emendas na Comissão de Educação (CE) projeto de lei apresentado pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que obriga as emissoras de rádio e televisão a veicularem cursos de língua estrangeira. De acordo com a proposição, esses cursos devem ocupar ao menos 5% da programação diária entre 6 e 18 horas.

A proposta tem decisão terminativa na CE, ou seja, cabe à comissão decidir sobre sua aprovação ou rejeição. A matéria somente será votada em Plenário caso seja apresentado requerimento específico para esse fim, firmado por pelo menos nove senadores.

O projeto prevê, como punição para as emissoras que descumprirem a regra, multa de R\$ 1 mil a R\$ 20 mil. Além disso, as transmissões poderão ser suspensas por até 30 dias, no caso de infração da norma prevista.

Na justificativa da proposta, Maguito ressalta a “crescente e premente necessidade de conhecimento de línguas estrangeiras por parte de cada trabalhador e cada cidadão”, tendo em vista “a



Célio Azevedo

Conhecimento de outro idioma facilita acesso a mercado de trabalho, diz Maguito

inelutável inserção do país no mercado internacional, advinda do processo de globalização de nossa economia”. Como exemplo, cita as iniciativas de criação e expansão de blocos econômicos regionais, como o Mercosul e a Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

CURSO PARTICULAR

Maguito argumenta que grande parte dos trabalhadores “não pode arcar com um curso particular de língua estrangeira, condenando-se, por isso, ao atraso e à perda de preciosas oportunidades de negócios”. De acordo com o parlamentar, o Código Brasileiro de Telecomunicações – que seu

projeto pretende alterar – estabelece que “os serviços de informação, divertimento, propaganda e publicidade das empresas de radiodifusão estão subordinados a finalidades educativas e culturais inerentes à radiodifusão, visando aos superiores interesses do país”.

Para o senador, sua proposta tem um profundo alcance social, já que nada mais poderia ser considerado de interesse relevante do país do que a formação dos trabalhadores brasileiros. Os cursos de língua estrangeira, em sua opinião, darão a esses trabalhadores condições de competição no mercado global.

Interlegis deve conectar 2.500 municípios à rede de legislativos

Até o final de 2003, o programa Interlegis – que integra todo o Poder Legislativo da Federação – vai estar atendendo a um total de 2.500 municípios no país, segundo prevê Paulo Fontenele, diretor da coordenação daquele programa executado pelo Senado.

Segundo o diretor, até o final deste ano já terão sido instaladas 1.250 estações nos municípios que aderiram ao programa. Cada estação é dotada de um possante microcomputador (Pentium III, 650 MHz), com placas de vídeo, som e TV, placa de rede, duas caixas de som, um monitor com 15 polegadas, além de uma impressora a laser com capacidade de dez páginas por minuto.

No fim de outubro, o Interlegis deve aproximar-se da marca de mil computadores já instalados nas câmaras municipais, faltando apenas 386 municípios

para que se atinja a meta traçada para 2002.

O número de adesões dos municípios ao programa, interligando todos os legislativos (Senado, Câmara dos Deputados, assembleias legislativas e câmaras de vereadores), deverá chegar a 1.900 municípios até dezembro.

A área de divulgação do programa, segundo Andréa Valente, chefe do Serviço de Formação da Comunidade, está elaborando no momento um encarte especial que será veiculado pelo do *Jornal do Senado*, explicando as vantagens de adesão ao Interlegis. A edição veiculando o encarte terá 60 mil exemplares.

Para integrar-se ao Interlegis, as assembleias e câmaras legislativas devem preencher uma ficha de adesão, que pode ser solicitada pelo telefone (0xx61) 311-2556 ou obtida pela Internet, acessando o seguinte endereço eletrônico: <http://www.interlegis.gov.br/servicos/aderirp/view>.



Jane de Araújo

Diretor do Interlegis, Paulo Fontenele, destaca cumprimento da meta traçada para este ano